

Ata número seis

ATA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2018

Aos vinte e seis dias do mês de Junho de dois mil e dezoito, pelas 21:10 horas, na Sala Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a reunião, sob a presidência do Excelentíssimo Paulo Gabriel Esteves Borralhinho, comigo Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segundo secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista Partido Socialista - PS:

Licínio Fernandes Benedito, Joana Gabriela Clara Quelhas, José Carrola Feliciano, Luís Miguel Gomes de Jesus, Pedro Miguel Fonseca Catalão e Manuel Firmino Cameira

Da lista Trabalho, Verdade e Mudança - PPD/PSD.MPT:

José Carlos Dias Duarte Gonçalves, António Luís Nave d'Elvas, Acácio Bernardo Nunes Dias, Telma Alexandra Nave Neves de Matos e Patrícia Isabel de Elvas Eusébio

Da lista Coligação Democrática Unitária - PCP/PEV:

José Alberto Pires Gonçalves

Estiveram também presentes nesta reunião, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, José Pereira Carrola Mariano, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Pedro Daniel Trindade Torrão, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, David Alves Martins Velho e Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carla Marina Ascensão Sequeira Cruz.

Tomada a palavra o Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 19 presenças, com a ausência do Vereador Amândio Melo. Deu por aberta a sessão e passou a ler a ordem de trabalhos, que vai constar em pasta anexa e de seguida leu a ordem de trabalhos que, se transcreve:

Face ao referido deu-se início ao cumprimento dos pontos.

1 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 19 de abril de 2018

2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Municípes

3 - Período de antes da Ordem do Dia;

4 - Período da Ordem do Dia:

4.1.- Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;

4.2.- Adesão do Município de Belmonte à Federação Portuguesa de Caminhos de Santiago

4.3.- Regulamento do Pagamento em Prestações de Dívidas referentes à Receita dos Serviços de Fornecimento de Água, de Drenagem de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos

4.4.- Apresentação e discussão do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas.

4.5.- Apresentação e discussão das Contas Consolidadas 2017 do Grupo Municipal

5 - 2º Período de Intervenção dos Senhores Municípes

1 - Aprovação da ata da sessão de 19 de abril de 2018

O Presidente da Assembleia questionou se os membros propunham alguma alteração ou correção.

Após algumas "correções", efetuadas na Comissão Permanente, passou-se à votação através de braço no ar.

Concluída a votação a Assembleia Municipal deliberou, com 18 votos a favor, 1 abstenções (Licínio Fernandes Benedito PS) e 0 votos contra, aprovar, a ata de 19 de abril com a inserção das alterações apresentadas.

2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Municípes

O Presidente da Assembleia informou que tendo em conta que não há pedidos de intervenção de Municípes se iria dar continuidade à sessão da assembleia.

3 - Período de antes da Ordem do Dia;

O Presidente da Assembleia questiona os respetivos membros sobre a apresentação de algum assunto.

Telma Matos (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para apresentar a sua intervenção que se transcreve:

“Com a chegada do final do ano letivo, começa o drama dos pais e animadores que se vêm a braços com a falta de oferta válida, atrativa e que motive os jovens e os mais novos para o desenvolvimento de competências afetivas e emocionais que lhes despertem o interesse por outros motivos que não sejam os tecnológicos, que em tanto tem contribuído para o sedentarismo dos mesmos. Infelizmente a família, que deveria estar na linha da frente e que deveria assumir o seu papel enquanto tal, não possui condições para estabelecer esse mesmo compromisso.

Uma natural mudança estrutural na nossa sociedade seria o ideal, no entanto é uma realidade impossível para a maioria dos cuidadores e ainda mais num concelho com tantas fragilidades ao nível socio - económico e financeiro.

Não deveria ser a escola, o ATL's ou ainda os campos de férias a substituir a família, mas é imprescindível que toda a comunidade se una em torno desta temática por forma a criar laços e sinergias para a sua resolução.

No mês de julho, com a oferta dos ATL's e com a utilização das piscinas municipais em “horas aquáticas” as crianças ficam animadas e os cuidadores

descansados por os ver em segurança e com horários adequados às suas necessidades... Mas não chega, repensar o assunto é possível, pertinente e urgente.

Com a chegada do mês de agosto o caso muda de figura e não existem panos "B" para pais, mães e cuidadores que trabalham em simultâneo... As preocupações adensam-se... Com quem deixar as crianças... nem todos temos a sorte de ter o plano "A1" - casa dos avós.

Em Caria, há já alguns anos e bem, a Junta de Freguesia oferece aos cuidadores um mês de alegria e brincadeiras bem organizado e bem dinamizado. Mas inovar é preciso!

É necessário despertar nos mais novos e nos mais jovens apetências e competências em áreas que não são objetivo principal da escola.

É preciso que as crianças tenham tempo e direito de ser criança, pelo menos no período de férias e depois de um ano intenso de trabalho e reforço cognitivo.

Alternativas diversificadas são precisas, é necessário que os jovens e os mais novos tenham oportunidades de escolha, e que essa escolha vá ao encontro dos seus gostos, personalidade e necessidades.

Inovar é urgente.

O desporto, a música, a dança, a pintura a oferta cultural, a culinária, a jardinagem, a plantação, o teatro, o cinema, os livros, a leitura, a constatação de histórias, os passeios, os piqueniques, os acampamentos, os dias temáticos, as visitas e os intercâmbios são alguns exemplos de atividades que podem servir de base ao pensamento para o desenvolvimento de alternativas para os mais novos, e que a todos nos devem unir. Assim sendo não chega oferecer "férias ativas", que embora bem organizadas e dinamizadas não se ajustam aos horários de quem mais precisa!

Com esta preocupação, a bancada PPD/PSD.MPT questiona o executivo acerca da oferta que tem planeada e preparada para minimizar o drama atual de pais e cuidadores."

José Gonçalves (CDU) tomou a palavra para apresentar a sua recomendação que tem contra as portagens que se transcreve.

"É PRECISO AGIR ATIVAMENTE CONTRA AS PORTAGENS

O Governo não desiste duma política que impede o desenvolvimento e destrói a economia das regiões do Interior. Não basta falar bem do Interior, são necessárias medidas concretas de apoio ao desenvolvimento regional e a eliminação das portagens, é uma medida para combater as assimetrias regionais, para o crescimento económico e mobilidade das populações.

Esta Assembleia e outros órgãos autárquicos do concelho de Belmonte já várias vezes se pronunciaram contra este grave constrangimento. Chegou agora a altura de o demonstrar ativamente participando nas ações de luta que ocorrem em movimento crescente!

A responsabilidade mais direta é da plataforma de luta contra as portagens que congrega vários intervenientes, desde entidades patronais a sindicatos, a comissões de utentes! O movimento por eles criado tem feito várias ações, no distrito de Castelo Branco (e não só), a última das quais ocorreu na cidade de Castelo Branco dia 22 de junho e a próxima marcha lenta/buzinão no Fundão dia 29 de junho, pelas 17 horas com partida na Zona Industrial. Face ao exposto vimos recomendar a participação do Município, quer incentivando e apoiando a participação da população nas iniciativas

que se encontram previstas, quer disponibilizando transporte para a deslocação a Lisboa promovendo a presença nas galerias da Assembleia da República, aquando da discussão/votação das propostas de resolução entregues sobre esta matéria.”

José Gonçalves (CDU) salientou uma pequena lacuna na para a prova de ciclismo que decorreu no passado fim de semana, referindo que houve algum constrangimento com pessoas que estavam a um minuto ou dois de casa e em certas barreiras não lhes foi possível passar, pelo que solicita que num próximo evento que venha a surgir, nas reuniões preparativas com a organização deve haver mais sensibilidade com a organização da passagem e acessos.”

Patrícia Eusébio (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para apresentar a sua intervenção que se transcreve:

“A atribuição de pelouros aos vereadores eleitos pela coligação PPD/PSD.MPT fez correr alguma tinta e ocupou grande parte dos noticiários locais na semana em que os mesmos foram distribuídos.

Por alguma razão se diz que “quem conta um conto acrescenta um ponto”. E neste ato de acrescentar “ponto a ponto” lá se vai o conto de tão contado e corrompido que fica.

Posto isto não quero acrescentar mais “pontos ao conto”, mas apenas marcar a minha posição, pelo fato de a mesma não ir ao encontro daquilo que foi a posição pública do PSD.

A 21 de maio do presente ano e após a aceitação de pelouros por parte dos vereadores eleitos pela coligação Trabalho, Verdade e Mudança, particularmente, Amândio Manuel Ferreira Melo e Luís António de Almeida, a Comissão Política Distrital e da Secção tornou público um comunicado onde assume piamente “que **não acompanha atitudes e posições que violam os mais elementares princípios democráticos.**”

Não sou militante do PSD, mas integrei a coligação e foi por ela que fui eleita, mas não posso deixar de me distanciar daquela que foi a posição do Partido Social Democrata. DEMOCRACIA é um regime de governo em que todas as importantes decisões políticas estão com o povo, que “**elegem os seus representantes por meio do voto.**”

O povo elegeu em outubro passado que o Executivo de Belmonte seria composto por 3 elementos do Partido Socialista e 2 da Coligação Trabalho, Verdade e Mudança.

Pela primeira vez o Presidente do Executivo Municipal - Dr. António Rocha lidera a decisão de atribuir pelouros aos vereadores da oposição, e na minha opinião isto sim é governar os que nele votarem e não votaram.

Não podemos ficar colados ao passado e ser assombrados eternamente por míticos gigantes que limitam horizontes futuros e deturpam a visão sobre o crescimento de Belmonte.

Estou sentada à direita do Executivo, mas nem por isso se sente do contra ou a favor. Está aqui para dar o seu contributo, foi esse que lhe foi pedido quando integrou as listas da coligação PSD/MPT, e será sempre essa a sua conduta.

Assim, a esta minha intervenção serve para vincar o meu aplauso à decisão do atual executivo socialista, nomeadamente de convidar os eleitos da oposição para integrarem um projeto comum. A seu ver é assim que devem ver esta proposta. Não vive desconfiada da sombra e não sabe estar “de pé atrás”, pelo que não aceita as

afirmações que foram proferidas pela CDU nomeadamente de que tudo isto não passa de **“um engodo que foi sonogado durante a campanha autárquica.”**

Até porque, não é legítimo colocar todos no mesmo saco. Contudo perdoem a ousadia, mas estas afirmações da CDU estão um pouco descontextualizadas, ou esqueceram-se que também fazem parte do atual governo? Terão cogitado tudo isto durante a campanha eleitoral? Feio, muito feio.

Para terminar dizer ainda que não concordo, mas entendo que a CDU venha criticar esta posição, porque os pelouros foram distribuídos pelos vereadores eleitos e a CDU não elegeu nenhum. Mas sem retirar o mérito ao candidato que a CDU apresentou a sufrágio, não me lembro o nome dele porque esteve só de passagem, os nossos eleitos têm amor à bandeira de Belmonte e sentem-na.

Para terminar quero desejar ao atual executivo votos de bom trabalho com serenidade e foco em Belmonte. Esta é com certeza a melhor forma de alargar o projeto Belmonte e tornar o nosso concelho cada vez mais competitivo.”

Regista-se pelas 21:20 horas a chegada do Senhor Vereador Amândio Melo

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para informar que, em relação á intervenção da Deputada Telma Matos (PPD/PSD.MPT) convida as coletividades e as associações para que tenham uma intervenção durante o mês de agosto e que ajudem a autarquia durante este mês. As associações podem ter um trabalho extraordinário e ocupar as nossas crianças e os nossos jovens, sendo que se o fizerem terão o apoio da Câmara Municipal, colocando professores que se encontram a prestar a serviço durante todo o ano ao dispor destas.

Caria está bem organizada, mas devia haver mais oferta

Em relação á intervenção do Deputado José Gonçalves (CDU), informa que está de acordo com a luta das portagens e que devemos continuar a reivindicar, mas questiona se será necessário deslocarem-se a Lisboa. O trabalho está a ser feito, a ser concretizado, contudo, comunica que, se houver gente interessada em ir a esta manifestação para uma deslocação a Lisboa e que preencha um autocarro com gente de Belmonte disponibilizará o mesmo.

Comunica à deputada Patrícia Eusébio (PPD/PSD.MPT) que à CDU já lhe foi atribuído pelouro ao então Deputado Carlos Afonso, não sendo esta a primeira vez.

Informou que convidou os senhores Vereadores Amândio Melo e Luís António Almeida, uma vez que reconhece as qualidades de trabalho que ambos possuem e, se forem 5 será mais fácil do que serem 3 a decidir o que é melhor para o desenvolvimento e progresso do município.

4 - Período da Ordem do Dia;

4.1. - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para apresentar a sua intervenção, solicitando novamente documentação e informação que ainda não recebeu.

Referente á informação escrita que foi apresentada algumas recomendações que se tornam repetitivas e, porque um dos pontos da ordem de trabalho tem a ver com o plano de prevenção de riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas, de onde retira uma frase do plano que a Câmara Municipal apresenta que diz: “Se não há transparência, não há aparência de imparcialidade, mas suspeita de parcialidade”.

Solicita mais informação escrita e, que esta venha mais documentada, mais suportada, mais transparente em particular no que diz respeito às iniciativas e atividades e procedimentos de empreitadas de serviços e bens, uma vez que continua a ter uma simples listagem que não refere o que está a ser feito, nomeadamente desapareceram por completo os projetos que têm cofinanciamento e como estão a decorrer as obras da Praça de Artes e o Centro Escolar de Caria.

Necessita saber em que ponto de situação estão, qual a taxa de execução, prazos de execução pelo que toda esta informação é necessária não só para os deputados, mas também para todos os munícipes.

Pretendente ainda, saber os valores das obras, destes serviços e destas contratualizações que estão a ser feitas, sendo uma documentação mais valiosa.

Solicita mais informação nomeadamente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que passa a citar:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Belmonte, tendo apresentado na reunião de 28 de dezembro de 2017, o requerimento para envio de documentos a esta Assembleia e, não tendo até á data sido cumprido esse pedido reitero á mesa da Assembleia de acordo com o artigo 3º do nº 2 da alínea d) do regimento, sejam enviados a esta assembleia:

- 1. Composição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, atualmente em funções, entidades e respetivos representantes, bem como a Ata da reunião desta Comissão.*
- 2. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e cópia da respetiva Ata de aprovação.”*

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para informar que referente às obras, basta deslocar-se aos locais para verificar o estado destas e como estão a decorrer, contudo vai solicitar aos serviços municipais no sentido de que tornar esta informação mais substantiva.

Referente á questão de 28 de dezembro de 2017 que colocou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informa que vai solicitar aos serviços cópia da Ata dessa reunião.

Informa que foram limpos terrenos no mês de março, mas que neste momento já se encontram novamente com mato, estando preocupado com esta situação.

Foram limpos muitos terrenos, tendo gasto muitos milhares de euros com estas intervenções, como se pode verificar em diversos locais com a limpeza de terrenos.

Está preocupado com as limpezas que o governo não fez, como por exemplo as Infraestrutura de Portugal não limpam as EN 18, a EDP não procedeu á limpeza de terrenos por onde passam linhas aéreas de eletricidade sob a sua responsabilidade.

Está otimista com a situação da problemática dos incêndios, tendo conhecimento que os Bombeiros Voluntários de Belmonte têm equipamentos capazes de resolver estes.

Mostrou a sua preocupação com a área da zona de Colmeal da Torre, embora já tenha havido uma limpeza, contudo referiu a preocupação da junta de freguesia que tem vindo a fiscalizar.

Informa que está na expectativa de saber se vão ser uma realidade as novas equipas de sapadores, sendo que uma delas estava previsto ficar em Belmonte através da CIM, estando ao serviço não só de Belmonte, mas também da Covilhã, Fundão, Penamacor.

Referiu que a eng.^a Telma Pombal teve um trabalho excelente e, que espera que continue a fazê-lo com muita dedicação e muito empenho.

4.2. - Discussão e votação do pedido de Adesão do Município de Belmonte à Federação Portuguesa de Caminhos de Santiago;

----- CERTIDÃO -----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

---- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 07 de Junho de 2018, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A - UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----
A-3) PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

---- Foi presente à Reunião, Estatutos e Adesão à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago. -----

---- **A Câmara Municipal deliberou aprovar os estatutos e aderir à Federação Portuguesa do Caminho de Santiago.** -----

---- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 19 de Junho de 2018. -----

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para informar do empenho nesta adesão. Informou que desde há muitos séculos sempre houve gente a fazer os Caminhos de Santiago e, já que possuímos os caminhos, esperamos em breve a possibilidade proporcionar melhores condições aos nossos caminhantes, nomeadamente em Caria para que seja preparado um local de repouso.

A Federação Portuguesa de Caminho de Santiago já existe à bastante tempo, estando situada em Vila Pouca de Aguiar, pelo que temos todo o interesse em aderir a esta uma vez que tem bons princípios, pelo que a Câmara Municipal decidiu aderir solicitando que a Assembleia Municipal também vote favoravelmente a possibilidade da adesão Federação Portuguesa de Caminho de Santiago.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para informar que esta organização poderá vir a valorizar ainda mais sua participação sob o ponto de vista

desta organização, valorizando o território onde estamos e podendo desenvolver algumas iniciativas que possam ainda trazer mais caminheiros que aqui passam, neste sentido votaram favoravelmente.

Após discussão o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 voto contra, 0 abstenções e 19 a favor, pelo que o pedido de Adesão do Município de Belmonte à Federação Portuguesa de Caminhos de Santiago, foi aprovado por unanimidade.

4.3. - Regulamento do Pagamento em Prestações de Dívidas referente à Receita dos Serviços de Fornecimento de Água, de Drenagem de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos;

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para informar que, com este Regulamento, pretende-se proporcionar às famílias, que tenham mais dificuldade, fazerem o pagamento faseado da sua dívida. No entanto a população deve ter mais cuidados na utilização da água da rede em hortas, jardins e piscinas.

Informou que caso as pessoas tenham possibilidade deveriam criar o seu próprio furo e utilizar a água da sua propriedade.

Tem também conhecimento de que há pessoas que consomem em média 30,00 euros e recebem uma fatura de 300,00 euros é claro que não será cobrada, sendo apresentada queixa pelas pessoas, com razão.

Os nossos técnicos elaboram uma média, não sendo cobrado mais que a média, mas, deve ser evitado esse hábito.

Caso se verifique que existem consumos exagerados, a média não vem para estes valores, devendo ter essa atenção e estarem mentalizados para tal, pelo que vai ser feito o esforço máximo para manter os valores.

Têm havido dificuldades na negociação com as Águas do Vale do Tejo, pelo que vai ser revindicado o que deve ser revindicado e, vai ser pago o que devemos pagar, tendo a dívida aumentado uma vez que não se tem pago por coerência com os municípios que decidiram não pagar, mas também há alguns que têm pago e que, vamos ter de assumir as nossas respetivas responsabilidades no devido tempo.

Continuamos a aguarda por parte do Senhor Secretário de Estado faça chegar informação da dívida que as Águas considerava que era a dívida de cada um dos municípios, mas o documento ainda não chegou.

Informa ainda que o Município de Belmonte continua a ter a água mais barata do país.

Esta medida apresentada a esta Assembleia é no sentido de facilitar as pessoas com mais dificuldades poderem efetuar o pagamento conforme o definido no regulamento.

José Gonçalves (CDU) tomou a palavra para apresentar a sua intervenção que se transcreve:

“Pretendemos esclarecimento sobre a existência de incumprimentos, se são ou não um verdadeiro problema para o município e se está encontrado o motivo desses incumprimentos ou, se este regulamento tem mais uma finalidade informativa para o consumidor.

Entretanto, pretendemos saber se o ponto cinco do artigo 4.º, relativamente ao acréscimo de juros de mora é para aplicar em todos os casos?

Se existe o acordo de pagamento em prestações, se existe insuficiência económica, porquê crescer juros de mora?

Também no artigo 5.º, em caso de incumprimento do acordo de pagamento em prestações, consideramos o ato de proceder à suspensão do fornecimento de água, uma política de desrespeito pelo ser humano.

A água é um bem essencial à vida, que faz parte dos direitos fundamentais do ser humano. Porque não estudar outras soluções técnicas alternativas. Restritores de caudal de água, que restringe a quantidade de água, cortes em determinados períodos do dia, em que ambos garantem o acesso a um bem essencial para manter um nível mínimo de dignidade humana.

Alguns países até já proibiram o corte da água.”

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para dar conhecimento que este regulamento serve para poder apoiar a população que não pode pagar na totalidade a fatura da água.

Patrícia Eusébio (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para informar que após a análise verificamos que o documento que foi apresentado é prático, uma vez que introduz até as minutas que o próprio consumidor poderá fazer para requerer o plano prestacional, não é extenso é de leitura fácil.

Quanto ao regulamento não temos nada a opor. No nosso ponto de vista pensamos que poderia também vir acompanhado dos montantes em dívida, se são muitas as famílias que estão com faturas em crédito, sendo uma questão de ilustrar o documento. Dizer ainda que o mesmo deveria ter aparecido mais cedo, quando foi revisto o tarifário da água, mas, contudo foi agora apresentado pelo que votam favoravelmente.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para dar conhecimento que a dívida rondará os 160.000,00 euros, abrangendo um número significativo de famílias e, espera que este seja um incentivo para resolver o seu problema, uma vez que não temos intenção de desligar o fornecimento de água às famílias.

Licínio Benedito (PS) tomou a palavra para informar que este regulamento é uma boa medida, por um lado não faz sentido desligar o fornecimento de água, por outro lado também não faz sentido perdoar a dívida a alguns munícipes e contribuintes. Se por um lado já temos a água mais barata do país, este vem incrementar mais uma facilidade para ajudar quem tem mais dificuldades em pagar sem juros. Os juros de mora são para serem aplicados para quem não cumpre as prestações, pelo que não haverá juros para prestações, portanto haverá sempre

facilidade. Devem haver juros de mora caso contrário deixa de haver regra no cumprimento das prestações, pelo que votam favoravelmente.

José Gonçalves (CDU) reiterou a sua opinião de que existem juros de mora para as prestações, pois o ponto 5 do artigo 4.º é bem explícito: «Ao valor de cada prestação acrescem os juros de mora contados sobre o respetivo montante desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento de cada uma das prestações.»

Não havendo anulação deste ponto, o nosso voto é contra.

Após discussão o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 1 voto contra (CDU), 18 a favor, 0 abstenções, pelo que foi aprovado por maioria o Regulamento do Pagamento em Prestações de Dívidas referente à Receita dos Serviços de Fornecimento de Água, de Drenagem de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos.

4.4. - Apresentação e discussão do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas;

----- CERTIDÃO -----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----
---- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 19 de Abril de 2018, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----
A - UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----
A-3) PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----
---- Foi presente à Reunião, Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas. -----
---- **A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas.** -----
---- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 19 de Junho de 2018. -----

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para uma breve introdução uma vez que este plano é uma obrigação legal desde 2009, mas não estava a ser cumprido, estando a ser cumprido agora.

Está adaptada a estrutura orgânica da Câmara Municipal, veio á Assembleia para conhecimento da mesma, que era obrigatório vir, sendo enviado para o Conselho de Prevenção de Corrupção, que já respondeu dizendo que corresponde aos termos referenciados nas recomendações do CPC relativamente á metodologia estrutura e cuidados a que estes instrumentos de gestão devem obedecer.

Vai ser enviado depois de ser presente á Assembleia Municipal para o Tribunal de Contas e publicado conforme a lei obriga no site da Câmara Municipal e divulgado por todos os funcionários Câmara Municipal.

José Gonçalves (CDU) tomou a palavra para apresentar a sua intervenção que se transcreve:

“Antes de um breve comentário sobre o documento “Plano de prevenção de riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas”, uma chamada de atenção para a informação publicada no jornal “Notícias da Covilhã” do passado dia 19 de abril, sobre o anúncio da associação Transparência e Integridade - Associação Cívica, em que o município de Belmonte surge no pódio, da liga dos últimos, no quadro Índice de Transparência Municipal de 2017 da Beira Interior.

Embora este índice não represente corrupção, a análise dos vários indicadores leva à conclusão da falta de transparência na prestação de contas aos munícipes.

Como transcrito neste documento, página 4: «Se não há transparência, não há “aparência de imparcialidade”, mas suspeita de parcialidade.» - António Francisco de Sousa, in Direito Administrativo, Lisboa, Prefácio, 2009, p. 342.

Não basta apresentar um documento maioritariamente, com a divulgação das leis, direitos, deveres e competência de cada setor ou serviço. Claro que é indispensável que os funcionários conheçam e cumpram as regras básicas que devem pautar na sua relação com a entidade patronal e os cidadãos para proceder de boa fé no exercício dos seus direitos e cumprimento das suas funções.

Neste documento fala-se em “Plano” mas verdadeiramente não o encontramos. Depois da leitura atenta não conseguimos perceber qual é o “Plano de prevenção de riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas”, isto é gostaríamos de saber de que plano se trata!

O que a CDU defende é que a relação com os cidadãos, planos e relatórios, processos de admissão de pessoal, contratação pública, sejam feitos de forma a que o rigor, transparência e combate ao compadrio sejam uma prática.

Por fim, alertar para a utilização indevida de uma palavra que começa a difundir de forma gratuita e que não deve ser usada em leis ou documentos oficiais. Não reconhecemos a definição de colaborador para os funcionários públicos que exercem funções Públicas na Câmara Municipal de Belmonte. Enquanto que um funcionário é um trabalhador que exerce determinadas funções, um colaborador participa em algumas atividades ou tarefas esporádicas.”

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para informar que a sua intervenção deve ser entendida como uma intervenção construtiva, sempre com a perceção de que sempre podemos aprender algo dos exemplos de outras situações que podemos eventualmente aproveitar e se pode melhorar. Nenhum de nós é senhor da razão absoluta, nenhum de nós é senhor do saber absoluto e todos aprendemos pelas instituições responsáveis por validarem os nossos procedimentos se nos disserem que sim. De fato trata-se de um documento da maior importância e, hoje sabemos cada vez mais os riscos que qualquer gestor público corre e, muitas vezes inconscientemente e todos nós estamos sujeitos a isso. No nosso dia a dia ao tomarmos determinadas decisões que estamos a trabalhar no sentido do bem público e muitas vezes estamos a cometer ilegalidades. Portanto este tipo de planos é para nos ajudar a todos, para evitarmos na situação de inconsciente e nunca na situação de consciente, obviamente quando tomamos deliberações ou atos de gestão que temos de tomar. Por isso duas ou três notas que aqui apresenta em relação a este documento numa perspetiva

construtiva, até porque ainda está a Câmara Municipal a tempo de introduzir algumas melhorias neste documento.

A primeira análise ao documento, trata-se de um plano que a Câmara já deveria ter desenvolvido, até que se o tivesse feito á mais anos neste momento ele estaria já muito melhor, uma vez que estes planos quando estão associados a sistemas de qualidade têm de ser de melhoria contínua, não pode ser um documento que vai agora ser publicado e que fica estático e, que não é inalterável ao longo dos anos.

Um dos aspetos mais importante neste documento é os processos de monotorização, acompanhamento e avaliação que se conseguem encontrar soluções para alterar aquilo que nos planos ainda não está a funcionar, pelo que já estaríamos numa situação bastante diferente.

Em relação ao documento ele decorre de fato desta recomendação ou obrigação, embora a lei diga que é uma obrigação que os organismos públicos os tenham, entende que deve ser uma obrigação.

Considera que a estrutura definida cumpre e abarca os pontos pertinentes para este tipo de procedimentos, clarificando aspetos como os compromissos de gestão e éticos, a estrutura da organização do seu organigrama e os respetivos responsáveis, identificação das áreas de atividade de maior vulnerabilidade, apresentando depois uma proposta de plano de prevenção, de proteção e formação, terminando com medidas para controlo e monotorização que são da maior importância.

Em termos de índice o documento cumpre, mas em termos de conteúdo deixa muito a desejar sob o ponto de vista da sua objetividade e assertividade que um documento desta natureza deve ter.

O documento é muito extenso, contém muita informação podendo ser apresentada de outra forma, no que diz respeito á legislação nacional dos direitos do funcionário público e deveres, encontra-se legislado pelo que não fará sentido transcreve-lo para o documento.

As funções das diferentes estruturas da organização da Câmara são muito extensas, muito detalhadas, solicitando se possível torna-las mais resumidas.

Um plano deste tipo quere-se ao máximo objetivo e ao mínimo descritivo, sob pena dele não ser retirado o essencial.

Informa que não foram entregues as tabelas anexas onde estão identificadas as unidades orgânicas, a área funcional e os respetivos responsáveis, ficando sem saber o seu conteúdo.

Deveria merecer mais atenção o ponto VII "Controlo e Monotorização do Plano", que considera da maior relevância.

Hoje em gestão tão importantes são os planos como os modelos de avaliação e monotorização dos mesmos, pelo que sobre este assunto nada é referido, como se verifica na página número 56 onde vem este ponto.

Questiona como vai fazer isto, onde se encontram as iniciativas, as medidas, as ações para conseguir apurar o que está a ser cumprido.

Também não estão referidos no documento quais os métodos e procedimentos.

Estes são aspetos principais do plano, é mais um documento de descrições e de intenções, mas não de propostas e soluções.

Não há modelos obrigatórios neste tipo de planos pelo que, sugere seja feita a consulta para melhoria da autarquia de outros planos de outras instituições.

Apresenta um exemplo de uma forma como é possível organizar este tipo de planos de uma forma assertiva e objetiva da contratação pública onde está referido um ato possível facilmente ser objeto de corrupção, de influência.

Quando é feita uma contratação pública, a conferência dos bens adquiridos a quando da sua receção, qual o risco que se corre neste procedimento de infração ou de corrupção conexa.

Pode ocorrer o desvio da quantidade e qualidade dos bens adquiridos, retenção dos bens para uso próprio do trabalhador, entrega pelos fornecedores de quantidades de bens inferiores às contratadas, abuso de poder, corrupção passiva para ato ilícito. Depois há a disposição legal que confere a ilegalidade deste ato e, ainda o mais importante que é a ação, ou seja, qual é o procedimento que a autarquia ou instituição que deve adotar para prevenir a sua ocorrência.

Neste caso concreto em conferência de bens adquiridos a quando da receção em contratação pública, implementar uma ação de verificação por trimestre a 10 processos de aquisição selecionados aleatoriamente. Assim consegue-se verificar e confirmar se está a ser cumprido ou a ser feito.

Solicita que seja facilitada a leitura deste documento, pois este “está pesado”. Quando as pessoas o começarem a ler, vão-se cansar e um documento assim não é assumido, não é integrado, aplicado pela organização nem pelos colaboradores ou funcionários.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para informar que este documento foi elaborado pela equipa Jurídica da Autarquia para que seja implementado.

4.5. - Apresentação e discussão das Contas Consolidadas 2017 do Grupo Municipal;

----- CERTIDÃO -----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, COORDENADOR TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

---- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 22 de Junho de 2018, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

A - UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

A-3) PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

A.3.6) CONTAS CONSOLIDADAS 2017 DO GRUPO MUNICIPAL -----

----- Foram presentes os documentos do Relatório das Contas Consolidadas 2017, os quais fazem parte integrante da presente ata. -----

----- O Senhor Vereador Luís António de Almeida tomou a palavra e a fim de justificar o seu voto referiu que, embora as contas fossem referentes ao ano de 2017, mas uma vez que, o parecer apresentado pelo ROC se trata de um documento técnico, onde se conclui que, o mesmo foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e em vigor, e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, o seu sentido de voto é favorável à aprovação das contas consolidadas do Grupo Municipal.-----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 76º da Lei 73/2013, aprovar os documentos do Relatório das**

Contas Consolidadas 2017 e, remeter os mesmos, para apreciação da Assembleia Municipal.-----

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autêntico com selo branco em uso neste Município e Unidade de Administração e Finanças, em 19 de Junho de 2018. -----

Acácio Dias (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para apresentar a sua intervenção que se transcreve:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Exmo. Senhor Presidente da Camara
Exmos. Senhores Deputados Municipais
Exmos. Senhores Vereadores
Senhores autarcas

Sobre as contas consolidadas do Município, que analisamos com o devido cuidado, cumpre-nos dizer:

O perímetro de consolidação do Município de Belmonte referente ao exercício de 2017, conforme documento que nos é apresentado é constituído pelas empresas:

Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, detida pelo Município a 100%.

Parque da Ciência e Tecnologia da Covilhã, participada com 0,2%.

Web para a Região Centro Agência de Desenvolvimento Regional, participada com 0,65%.

O Município participa ainda nas seguintes empresas, mas excluída do referido perímetro de consolidação, incluídas no Balanço do Município através do método de equivalência patrimonial:

Águas do Zêzere & Côa, participada com 69 000,00 euros.

Associação de Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior, participada com 446,06 euros.

Resistrela Valorização e Tratamento de Resíduos, participada com 66 585,00 euros.

Procedemos à análise do Balanço consolidado e constatamos que os resultados das empresas incluídas ou excluídas do perímetro de consolidação, pouca relevância tiveram nas contas do Município.

Efetivamente os prejuízos consolidados do exercício são de dois milhões seiscentos e vinte e três mil cento e sessenta euros superando os resultados negativos de 2016 em quatrocentos e noventa e quatro mil oitocentos e setenta e sete euros.

Consequentemente, o total dos fundos próprios do Município cifra-se neste momento em 21 671 167,16 euros, somando os prejuízos acumulados o montante de 20 907 758,93 euros, representando estes cerca de 49% de todo o património e reservas do Município.

Sendo certo que os prejuízos do exercício ascendem a 2 623 160,43 euros, o Passivo totaliza 17 571 513,99 e agravou-se de 2016 para 2017 em 1 461 549,77 euros e as dívidas a terceiros com inclusão de provisões para riscos e encargos, que nada mais é que camuflagem de dívidas a terceiros, aumentou para 8 472 305,85 euros.

Assim, nada nos resta acrescentar que não tenhamos dito na discussão e análise das contas do município.

Relativamente às provisões comungamos em absoluto com a ênfase colocada pelo Exmo. ROC.

Sendo que o total das receitas correntes do município ascendem anualmente a cerca de seis milhões e quinhentos mil euros; Considerando que existem despesas fixas, nomeadamente os custos com pessoal; Considerando que a totalidade da dívida não se refere a despesas de capital. Questiono - Como pretende o Exmo. Executivo fazer face à dívida existente de quase oito milhões e quinhentos mil euros e em especial à dívida para a qual foram criadas as provisões?

Alertamos para o fato de o prejuízo não se refletir na tesouraria uma vez que o prejuízo de exercício de dois milhões seiscentos e vinte e três mil euros ser absorvido pelo valor das amortizações e provisões do exercício que totalizam dois milhões seiscentos e vinte e cinco mil euros, que são custos, mas não são despesas, podendo obviamente constituir uma falsa apreciação da gestão municipal.

Vemos as despesas aumentarem não se refletindo em melhoria de serviços ou na disponibilidade de novas infraestruturas.

As receitas aumentam unicamente através da cobrança de novas taxas que recaem sobre os municípios.

O Comércio encerra, as indústrias, salvo algumas exceções seguem o mesmo caminho, os serviços, degradam-se e a agricultura não tem merecido o devido apoio.

Consequentemente a população jovem procura oportunidades fora do concelho, uma vez que nem sempre lhe é dada prioridade nos empregos institucionais e a breve trecho, a vila de Belmonte poderá merecer o beneplácito do turismo, para mostrar uma vila que em tempos foi próspera, mas que se encontra desertificada.

José Gonçalves (CDU) tomou a palavra informar que a sua posição não vai divergir daquilo que foi feito a quando da aprovação das contas.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a intervenção do Dr. Pedro Patrício (Consultor Financeiro do Município) e informou que os serviços de restauração estão a ter movimento e com turistas. Somos um concelho onde o comércio não está fechado.

Referiu que a fábrica de sapatos vai abrir nas novas instalações e que também vai abrir uma fábrica de massas. Informou de que temos necessidade uma maior oferta de camas.

Acácio Dias (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para informar que os números que apresentou são os que lhe foram facultados, para que as pessoas tenham conhecimento de como a Câmara Municipal está a ser gerida.

Dr. Pedro Patrício (Consultor Financeiro do Município) tomou a palavra para informar a forma de pagamento da dívida nomeadamente aquela que tem provisões, uma vez que o resto dos valores já foram discutidos na análise das contas individuais.

Esta dívida como é do conhecimento geral é a dívida às Águas do Vale do Tejo, sendo que a forma de pagamento será a mesma que se verifica para outro município

em situação idêntica, ou seja, quando houver entendimento entre este Município e a empresa, será contratado um empréstimo de muito longa duração, a contratar ao abrigo de um decreto de lei a publicar e do Orçamento de Estado.

Mais esclareceu que o senhor Presidente das Águas de Portugal informou, em reunião realizada em meados de janeiro do corrente ano em que esteve presente com o senhor Presidente da Câmara Municipal, que o referido diploma seria publicado na segunda quinzena do mês de fevereiro.

Informou que o montante atual em dívida no balanço de 2017 do Município de Belmonte considerando a totalidade das dívidas e dos ativos que há para compensar com a mesma empresa, porque há rendas por arrecadar, mantem-se no final de 2017 entre os limites de endividamento.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para informar que os esclarecimentos foram dados e, que ainda se encontra em discussão o valor da dívida para as Águas do Vale do Tejo, mas o relatório do ROC refere claramente qual é esse valor de dívidas. Votam favoravelmente o documento.

Patrícia Eusébio (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para informar que a bancada do PPD/PSD.MPT e CDU são os únicos a fazer o trabalho de casa, não vendo trabalho da bancada do PS.

Após discussão o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se votos a 18 a favor, 1 abstenção, pelo que foi aprovado por maioria as Contas Consolidadas 2017 do Grupo Municipal.

Antes de terminar a reunião o Presidente da Assembleia propõe a aprovação em minuta dos assuntos deliberados por votação.

A mesma foi aceite por unanimidade.

5 - 2º Período de Intervenção dos Senhores Municípes;

O Presidente da Assembleia informa que se vai passar ao período de intervenção dos Municípes pelo que dá a palavra aos municípes interessados.

Verificam-se duas inscrições.

O Município Daniel Mendes informou que com a prova de BTT esqueceram-se de fazer a limpeza de algumas garrafas junto da linha de água do Zêzere e fitas.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para informar que foi a Casa do Benfica de Belmonte quem organizou a prova de BTT, sendo esta a responsável pela sua limpeza, mas vai solicitar a averiguação da questão exposta.

O Município Carlos Teixeira questionou a limpeza dos caminhos agrícolas da freguesia de Maçainhas, pelo que se dirigiu á Junta de Freguesia para obter informação do caderno de encargos referente á empresa responsável por esta limpeza

Tem conhecimento que a empresa responsável por esta limpeza é a mesma de á 5 anos e que limpam as valetas e assopraram o lixo, mas, não foi recolhido tendo ficado no local.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para informar que vai mandar averiguar este assunto.

Carla Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas tomou a palavra para informar que alertou a empresa que está a fazer estas limpezas.

David Velho, Presidente da Junta de Freguesia de Inguias tomou a palavra para informar que já estava feita toda a limpeza necessária na freguesia de Inguias, tendo sido bem feita, não estando ainda concluído.

Informou que por necessidade foram partilhando esta com a freguesia de Maçainhas porque ainda são alguns quilómetros dos caminhos agrícolas, contudo o serviço está a ser efetuado.

José Mariano, Presidente da União de Freguesias de Belmonte Colmeal da Torre tomou a palavra para informar que já procederam á limpeza à um mês, tendo sido limpo um metro para cada lado e retiram o lixo.

Nada mais havendo a tratar nesta reunião e sendo 22h50 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, ficando o primeiro secretário encarregado de elaborar a presente ata, para aprovação na reunião seguinte.

E eu, _____, primeiro secretário da Mesa redigi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente, depois de lida e aprovada integralmente, na reunião seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário